

Intencionalidade e linguagem: algumas considerações sobre Tomasello e Skinner

(Intentionality and language: some remarks on Tomasello and Skinner)

Sylvio Allan & Carlos Barbosa A. de Souza

Universidade Federal do Pará
(Brasil)

RESUMO

A maior parte dos estudos sobre linguagem tem se centrado nos processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais. Esses estudos têm, no entanto, se defrontado com dificuldades conceituais e metodológicas. Tomasello tem enfatizado mecanismos biológicos e sócio-pragmáticos na aquisição e no desenvolvimento de competências verbais. Ao mesmo tempo, sua proposta aborda a produção de repertórios verbais complexos. Uma vez que o conceito de intencionalidade é crítico nessa proposta, o presente trabalho buscou: (1) analisar as relações entre os conceitos de intencionalidade e linguagem nos trabalhos de Tomasello e de Skinner; e (2) comparar essas análises, a fim de identificar se elas sugerem uma interdependência desses conceitos.

Palavras-chave: intencionalidade; linguagem; Tomasello; Skinner.

ABSTRACT

Most studies concerning verbal language focuses on processes of acquisition and development of verbal competences. They face, however, conceptual and methodological difficulties. An alternative approach, developed by Tomasello, stresses biological and social-pragmatics mechanisms related to the acquisition and development of verbal competences. Simultaneously, it deals with the production of complex verbal repertoires. Since the concept of intentionality is critical within this approach, the present paper aimed to: (1) analyze the relation between the concepts of intentionality and verbal language, in Tomasello's and Skinner's works; and (2) compare these analyses, identifying whether they suggest an interdependence of these concepts.

Key words: intentionality, verbal language, Tomasello, Skinner.

A linguagem é considerada um dos aspectos mais distintivos da cognição humana em relação às cognições das demais espécies animais (e.g., Hauser, Chomsky, & Fitch, 2002). Dada a complexidade e diversidade das questões envolvidas na investigação da linguagem, esta tem sido objeto de estudo de diversas disciplinas (e.g., linguística, comunicação social, psicologia, neurociência, filosofia da linguagem, etc.), sob diversos níveis de análise (e.g., fonético, fonológico, lexical, proposicional, morfológico, sintático, pragmático, retórico, etc.), dependendo dos objetivos específicos assumidos (Souza, 2003).

A maioria dos estudos sobre linguagem tem enfatizado os processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais, quer seja:

- (1) pela análise das propriedades formais da linguagem (gramaticais, sintáticas, fonéticas) e pela derivação de regras linguísticas gerais (e.g., Chomsky, 1968, 1980; Pinker, 1994), ou
- (2) pela análise dos aspectos pragmáticos da linguagem, buscando-se derivar processos funcionais gerais envolvidos nas relações estabelecidas entre indivíduos verbalmente competentes e seu contexto social (e.g., Skinner, 1957).

No entanto, essas distintas perspectivas, tradicionalmente denominadas *estruturalistas* e *funcionalistas*, respectivamente, têm se defrontado com dificuldades conceituais e metodológicas (Brino & Souza, 2005; Souza, 2003; Souza, Miccione, & Assis, 2009). Por exemplo, uma das dificuldades das abordagens estruturalistas é identificar estruturas biológico-cognitivas responsáveis pela (ou, de alguma forma, envolvidas na) aquisição de competências verbais. Além disso, elas devem justificar como essas competências podem prescindir da influência dos contextos sociais nos quais os repertórios verbais são produzidos.

Por outro lado, as abordagens funcionalistas têm de lidar com o problema de justificar como processos funcionais gerais podem produzir repertórios verbais em diferentes níveis de complexidade – desde os mais básicos (e.g., palavras e sentenças simples) até aqueles mais complexos (e.g., repertórios de segunda ordem, relacionais e gramaticais). Além disso, as categorias de análise dessas abordagens são consideradas muito simples para lidar com as especificidades de cada um desses repertórios verbais.

Dentre as abordagens funcionalistas da linguagem, a *teoria da aquisição da linguagem baseada no uso* - TALBU (Tomasello, 2003) é uma proposta relevante para a investigação dos processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais, na medida em que ela propõe mecanismos biológicos e sócio-pragmáticos envolvidos na aquisição e no desenvolvimento dessas competências. Ao mesmo tempo, ela aborda a produção de repertórios verbais complexos, como a gramaticalização e os repertórios narrativos (Allan, 2007; Allan & Souza, 2009).

Essa teoria destaca o conceito de *intencionalidade* como fator crítico para a aquisição e o desenvolvimento de competências verbais humanas (Tomasello 1999, 2003; Tomasello, Moll, Call, Carpenter, & Behne, 2005a,b). Embora este conceito possua um papel central nessa teoria, seu tratamento dado por Tomasello tem sido alvo de críticas, principalmente pela falta de uma maior elaboração conceitual, assim como pelas possíveis implicações mentalistas do seu uso para a abordagem da cognição e da linguagem (Allan, 2007; Allan & Souza, 2011).

Allan e Souza (2011) analisaram o tratamento do conceito de intencionalidade em alguns trabalhos de Tomasello (1999, 2003; Tomasello *et al.*, 2005a,b) e o compararam com o uso desse conceito nas teorias da intencionalidade de Dennett (1971, 1985, 1987, 1988) e de Searle (1983; 1990a,b; 1992; 1997; 1998; 2004), assim como em algumas teorias analítico-comportamentais da cognição humana (Day, 1976; Foxall, 1999, 2007; Hineline, 2003; Neuman, 2004, 2007; Rachlin, 1992, 2003; Skinner, 1963, 1974). Eles sugeriram que o modo como o conceito de intencionalidade é desenvolvido nos trabalhos de Tomasello pode ser compatível com tratamentos desse conceito já existentes na literatura, como na filosofia da mente e na psicologia analítico-comportamental.

Especificamente, o tratamento do conceito de intencionalidade nas teorias de Tomasello, Searle e Dennett é compatível, na medida em que estas consideram a intencionalidade:

- (i) uma propriedade de certas *habilidades cognitivas* (Tomasello), de certos *estados mentais* (Searle), ou do *funcionamento* dos sistemas (Dennett),
- (ii) de ser *direcionada* para objetivos (Tomasello), *acerca de* estados de coisas (Searle), ou *operar sob* certos parâmetros (Tomasello).

Do mesmo modo, o conceito de intencionalidade na teoria de Tomasello enfatiza os aspectos relacionais das interações humanas com o mundo, aspectos estes que são de interesse tanto de Tomasello quanto das teorias analítico-comportamentais da cognição humana.

Allan e Souza (2011) também sugeriram que o conceito de intencionalidade pode ser uma ferramenta analítica relevante para investigar processos simbólicos humanos, como a *linguagem*. Essa articulação entre intencionalidade e cognição humana já tem sido abordada, por exemplo, na filosofia da mente, em estudos sobre processos cognitivos humanos (incluindo, a linguagem) a partir de uma interpretação intencionalista. Destaque para a *teoria intencionalista da significação* (Searle, 1983), a *teoria dos sistemas intencionais* (Dennett, 1971; 1994; 1997) e a *teoria pragmática da significação* (Grice, 1957).

A primeira propõe que a linguagem funciona como um sistema *meta-representacional* do conteúdo de certos estados mentais (e.g., crença, desejo, intenção, percepção) derivado de uma condição representacional (intencionalidade) intrínseca à mente humana. Para a segunda, intencionalidade (padrões de funcionamento relativamente estáveis dos organismos) e linguagem (sistema de comunicação e de representação simbólica) são produtos coevolutivos que passaram a interagir, constituindo a cognição humana propriamente dita. Para a última, o significado do uso de sentenças linguísticas é a intenção do falante de produzir alterações na comunidade verbal, fazendo-a reconhecer tal intenção.

No campo da psicologia experimental (principalmente, da análise do comportamento), contudo, identificamos certa carência de estudos que investiguem essa relação entre processos cognitivos humanos e intencionalidade. Consideramos, assim, importante que a análise do comportamento avalie as implicações que o conceito de intencionalidade pode trazer para a investigação dos repertórios cognitivos humanos, tanto numa perspectiva teórica quanto aplicada aos problemas tradicionais da psicologia.

No presente trabalho, buscaremos avaliar essa possibilidade. Inicialmente, analisaremos como o tratamento de Tomasello do conceito de intencionalidade pode ser relacionado ao conceito de linguagem na *teoria da aquisição da linguagem baseada no uso*. A TALBU constitui uma alternativa para as abordagens tradicionais do desenvolvimento linguístico-simbólico humano, fornecendo uma concepção de linguagem que favorece o estudo de uma variedade de repertórios verbais complexos que, de forma geral, não têm sido investigados pelas abordagens funcionalistas da linguagem, além de investigar processos simbólicos mais complexos do que aqueles tradicionalmente investigados por essas abordagens.

Em seguida, analisaremos a relação entre os conceitos de intencionalidade e linguagem na interpretação de Skinner para fenômenos tradicionalmente abordados como linguísticos. Centraremos na proposta skinneriana porque ela está na base das teorias analítico-comportamentais da cognição humana e da linguagem que se desenvolveram posteriormente (e.g., Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001; Horne & Lowe, 1996).

Finalmente, compararemos as análises de Tomasello e de Skinner, buscando identificar se elas sugerem uma interdependência entre os conceitos de intencionalidade e linguagem; e buscando sugerir uma compatibilidade entre estas análises, a partir da articulação entre esses conceitos. Com isso, esperamos avaliar, como já dito, a possibilidade de estudos analítico-comportamentais da linguagem incorporarem o conceito de intencionalidade como uma ferramenta analítica relevante.

1. INTENCIONALIDADE E TEORIA DO USO

Embora Tomasello não tenha proposto uma definição precisa do conceito de intencionalidade em seus trabalhos (cf. Allan & Souza, 2009), podemos interpretar esse conceito como uma *propriedade* de certas habi-

lidades cognitivas e sócio-cognitivas de serem ‘orientadas para’ objetivos. Nesse caso, podemos dizer que essas habilidades são *intencionais*, tal termo designando a qualidade dessa propriedade (Allan, 2007; Allan & Souza, 2011).

Segundo a TALBU (e.g., Tomasello, 2003), a intencionalidade se manifesta em um conjunto amplo de habilidades cognitivas e sócio-cognitivas humanas, denominadas *leitura de intenção*. Essas habilidades abrangem, por sua vez,

- (1) habilidades de *compreensão da ação intencional*, biologicamente herdadas dos primatas em geral (Tomasello, 1999, 2003; Tomasello *et al.*, 2005a,b);
- (2) habilidades de *compreensão da intenção comunicativa*, socialmente estabelecidas pela interação com indivíduos linguística e simbolicamente competentes (Tomasello, 2003).

Portanto, a leitura de intenção possui tanto uma base biológica quanto cultural.

As habilidades de compreensão da ação intencional consistem:

- (1) na atribuição, por um indivíduo humano (ou por outro primata não-humano), de objetivos às suas próprias ações e às ações de coespecíficos (indivíduos humanos ou outros primatas não-humanos, respectivamente) em relação a referenciais externos;
- (2) na orientação de suas ações, a partir desses objetivos.

Na espécie humana, as habilidades de compreensão da ação intencional emergem por volta dos nove meses de vida, como resultado de um processo gradual de organização de suas ações sensório-motoras e da sua habilidade cognitiva de identificação com outros indivíduos humanos (Tomasello, 1999).

Por exemplo, uma criança

- (i) observa um adulto
- (ii) observando e
- (iii) andando em direção a um pote de biscoitos sobre uma mesa,
- (iv) pegando e
- (v) comendo do pote de biscoitos,
- (vi) a criança também observa que esse adulto,
- (vii) apresenta certos estados emocionais (e.g., satisfação) que se seguem a esse curso de ações.

A partir deste panorama, a criança aprende a estabelecer conexões entre as ações do adulto (observar o pote de biscoitos → andar em direção ao pote de biscoitos → pegar o pote de biscoitos → comer do pote de biscoitos), atribuindo objetivos específicos a cada ação deste (e.g., olhar em direção ao pote de biscoitos permite orientar a percepção do adulto para o pote de biscoitos; andar em direção ao pote de biscoitos permite a aproximação do adulto do pote de biscoitos; pegar o pote de biscoitos estabelece contato físico entre o adulto e o pote de biscoitos).

A criança também pode aprender a estabelecer um objetivo final ao curso dessas ações do adulto (e.g., as ações emitidas permitem que o adulto coma do pote de biscoitos), além de relacionar o estado emocional apresentado por esse adulto à obtenção desse objetivo final (cf. Figura 1).

As habilidades de compreensão da ação intencional permitem à criança ampliar seu repertório comportamental, quando ela compreende que indivíduos humanos (ou espécies animais não-humanas) percebem e agem no mundo de modos específicos e obtêm resultados relacionados a essa percepção e a essas ações (apresentando estados emocionais relacionados à obtenção desses resultados). Com base nessa compreensão, a criança aprende a imitar a percepção e as ações dos indivíduos, a fim de obter os mesmos resultados e estados emocionais desses (Tomasello, 1999).

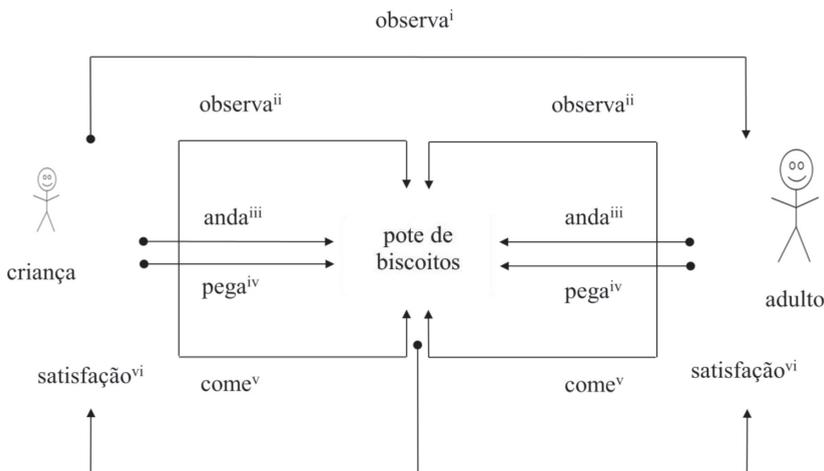


Fig. 1. Esquema de um episódio de interação de uma criança e um adulto, envolvendo habilidades de compreensão da ação intencional. A criança (i) observa o adulto (ii), observando o pote de biscoitos, (iii) andando em direção ao pote de biscoitos, (iv) pegando o pote de biscoitos, (v) comendo do pote de biscoitos, e (vi) apresentando um estado emocional (e.g., satisfação). A criança aprende a atribuir objetivos específicos a (ii), (iii) e (iv); ou (v) como objetivo geral ao curso de ações (ii-iv); e correlaciona (vi) à obtenção de (v). Posteriormente, a criança aprende a imitar (ii-iv) para obter (v) e (vi).

A criança também aprende a generalizar as ações, resultados e estados emocionais dos indivíduos humanos para outros referenciais externos, a partir de habilidades cognitivas de busca de padrão, biologicamente herdadas dos primatas em geral (cf. Tomasello, 2003). Algumas das principais habilidades de busca de padrão são:

- (i) a formação de *categorias perceptuais e conceituais* de objetos e eventos similares;
- (ii) a formação de *esquemas sensorio-motores*, a partir de padrões recorrentes de percepção e ação;
- (iii) a realização de *análises distributivas*, estatisticamente baseadas em relação a vários tipos de sequências perceptuais e comportamentais;
- (iv) a criação de *analogias* entre dois ou mais conjuntos complexos, baseado nas similaridades funcionais dos mesmos elementos nestes diferentes conjuntos.

A partir do segundo ano de vida a criança começa a identificar que, tanto ela, quanto outros indivíduos humanos, podem:

- (1) interagir espontânea e intencionalmente (i.e., orientados para objetivos) em contextos “inter-subjetivos” mediados por referenciais externos (quadros de atenção conjunta);
- (2) desempenhar papéis específicos e intercambiáveis nesses contextos.

A partir disto a criança aprende que os indivíduos humanos podem utilizar *símbolos linguísticos* de modos específicos para manipular a percepção e os estados mentais (e.g., crenças, desejos, motivações) de outros indivíduos humanos (inclusive, de si mesma) (Tomasello, 2003).

As habilidades da criança de compreensão da ação intencional, a partir desse período do desenvolvimento cognitivo humano, se alteram qualitativamente em um novo conjunto de habilidades cognitivas e

sócio-cognitivas, denominadas *compreensão da intenção comunicativa* (Tomasello et al., 2005a,b). Diferentemente das habilidades de compreensão da ação intencional, a compreensão da intenção comunicativa está relacionada exclusivamente aos *efeitos* de certas manipulações (especificamente, ao uso de símbolos linguísticos) sobre a percepção e os estados mentais de uma audiência verbal.

Comparemos, por exemplo, a compreensão que uma criança tem dos objetivos de um adulto [observando e andando em direção a um pote de biscoitos, pegando e comendo de um pote de biscoitos], com a compreensão que essa criança tem dos objetivos desse adulto ao enunciar “biscoito” para a criança. No segundo caso, os objetivos do adulto não estão diretamente relacionados ao pote de biscoitos, mas sim, à percepção e aos estados mentais da criança em relação ao pote de biscoitos (cf. Figura 2). Seu objetivo, ao utilizar o símbolo linguístico “biscoito”, seria fazer com que a criança olhasse em direção ao pote de biscoitos e alterar os estados mentais da criança em relação ao pote de biscoitos.

Para que a criança possa aprender a interagir adequadamente com outros indivíduos humanos em contextos sociais, ela precisa, antes de tudo, perceber os referenciais externos que geralmente servem de mediadores dessas interações. Além disso, ela deve possuir estados mentais específicos em relação a esses referenciais (Tomasello, 2003). Neste contexto, o uso de símbolos linguísticos parece ser um recurso econômico e eficiente pelo qual indivíduos humanos linguística e simbolicamente competentes possam ensinar crianças a serem bem sucedidas nessas interações.

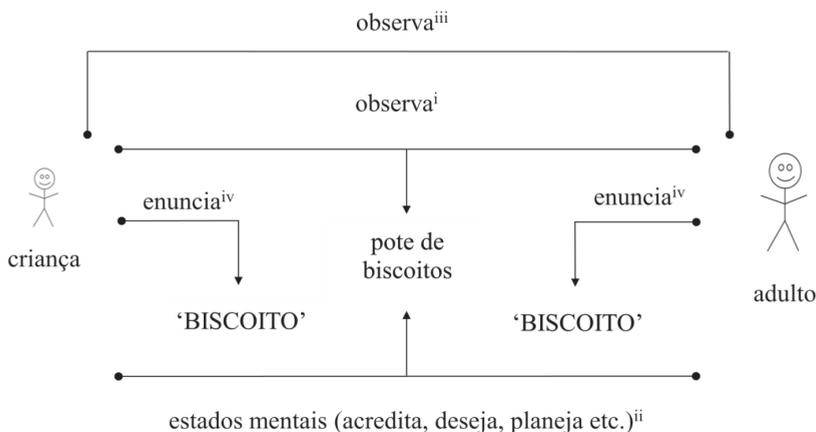


Fig. 2. Esquema de um episódio de interação de uma criança e um adulto, envolvendo habilidades de compreensão da intenção comunicativa. Tanto a criança quanto o adulto (i) observam o mesmo pote de biscoitos e (ii) possuem os mesmos estados mentais em relação ao pote de biscoitos. A criança (iii) observa o adulto (i) observando o pote de biscoitos e (iv) enunciando ‘BISCOITO’ para ela (a criança). A criança atribui a (iv) o objetivo do adulto de alterar (ii) da criança em relação ao pote de biscoitos. Posteriormente, a criança aprende a imitar (iv) para alterar (ii) desse adulto ou de outros indivíduos humanos em relação ao pote de biscoitos.

As habilidades de compreensão da intenção comunicativa permitem à criança adquirir e desenvolver repertórios linguístico-simbólicos, na medida em que, ao compreender que indivíduos humanos

- (1) utilizam símbolos linguísticos,
- (2) conseguem manipular a percepção e os estados mentais de outros indivíduos humanos (inclusive, da própria criança) pelo uso desses símbolos, a criança aprende a função desses símbolos

linguísticos e a utilizá-los do mesmo modo que os adultos humanos, a fim de alterar a percepção e os estados mentais desses indivíduos (Tomasello, 2003).

Podemos concluir, a partir dessa breve análise, que Tomasello sugere que a intencionalidade é uma condição *necessária* para os processos de aquisição e desenvolvimento de competências linguísticas (e.g., Tomasello *et al.*, 2005a,b). Isso na medida em que essas competências são manifestações de um tipo de cognição exclusivamente humana, caracterizada por habilidades cognitivas e sócio-cognitivas de compreensão da intenção comunicativa.

Considerando que as habilidades de leitura de intenção (i.e., compreensão da ação intencional e da intenção comunicativa) se desenvolvem durante o primeiro ano de vida do indivíduo humano, enquanto que a aquisição e o desenvolvimento de competências linguísticas – além de outros repertórios simbólicos humanos – somente ocorrem a partir do segundo ano de vida do indivíduo humano (Tomasello *et al.*, 2005a,b), podemos sugerir que a intencionalidade é, na abordagem de Tomasello, uma propriedade *pré-simbólica* e *pré-linguística* (cf. Allan, 2007; Allan & Souza, 2009).

Em outras palavras, a intencionalidade seria uma condição *a priori* e necessária para a aquisição e o desenvolvimento de repertórios simbólicos humanos; inclusive, de repertórios verbais. Mas a intencionalidade não seria em si, simbólica ou linguística. Na medida em que a cognição humana propriamente dita é *simbólica*, podemos sugerir que, de um modo geral, Tomasello considera a intencionalidade uma condição *a priori* e *necessária* para essa cognição.

Por outro lado, como os repertórios simbólicos humanos (verbais ou não) seriam derivados da intencionalidade, podemos sugerir que esses repertórios seriam *intencionais*, i.e., orientados para objetivos (cf. Allan, 2007; Allan & Souza, 2009). Contudo, mesmo após a aquisição desses repertórios, os níveis simbólico e intencional permaneceriam interdependentes: a intencionalidade continuaria se manifestando nas atividades simbólicas humanas e possibilitaria que os repertórios simbólicos evoluíssem.

2. INTENCIONALIDADE E COMPORTAMENTO VERBAL

Skinner (1957) desenvolveu uma interpretação da *linguagem* que se distinguiu das abordagens estruturalistas tradicionais, por caracterizar a linguagem como um tipo especial de *comportamento operante* (um tipo de interação dos organismos com o mundo, caracterizada pela alteração de sua própria probabilidade de ocorrência em função de seus efeitos no mundo) denominado *comportamento verbal*. Sua aquisição e manutenção poderiam, assim, ser explicadas pelos mesmos processos básicos (e.g., reforçamento, punição, extinção, discriminação e generalização) responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos operantes em geral. Isso significa que não haveria a necessidade de assumir uma natureza especial para o comportamento verbal em relação aos operantes não-verbais (para uma introdução à análise skinneriana do comportamento verbal, cf. Peterson, 1978).

Nesse caso, o aspecto especial do comportamento verbal é o fato deste ser estabelecido e mantido por *consequências* mediadas por uma audiência pertencente à mesma comunidade verbal do falante (Skinner, 1957). Obviamente, seria necessário que a audiência fosse competente (i.e., possuísse repertórios comportamentais específicos) para mediar essas consequências, segundo as regras estabelecidas pela comunidade verbal da qual essa audiência faz parte.

Portanto, a interpretação skinneriana destaca os aspectos funcionais envolvidos no estabelecimento e na manutenção do comportamento verbal do falante, buscando analisar funcionalmente as contingências verbais às quais o falante é exposto em sua comunidade verbal. Contudo, as categorizações skinnerianas dos operantes verbais (ecóico, textual, ditado, cópia, tato, mando, intra-verbal e autoclíticos; cf. Skinner, 1957) têm sido criticadas por se basearem, pelo menos parcialmente, em *propriedades formais*, tais

como: modalidades sensoriais (vocalizações, visualizações, sonoras ou gesticulações), similaridade formal, correspondência ponto-a-ponto, etc. (e.g., Ribes, 1999; Souza *et al.*, 2009).

Skinner não abordou diretamente os processos de aquisição do comportamento verbal, mas propôs análises interpretativas do processo evolutivo e as variáveis ambientais que poderiam estar relacionadas à aquisição e manutenção dos operantes verbais (e.g., Skinner, 1957, 1986). Ele sugeriu, por exemplo, que o comportamento verbal teria surgido a partir do momento em que a musculatura vocal humana (língua, mandíbula, diafragma, faringe e lábios) passou a ficar sob o controle operante. Especificamente, alguns operantes verbais básicos (e.g., mandos, tatos) poderiam ter evoluído de comportamentos filogeneticamente selecionados (e.g., choro do bebê, gritos de alerta) ou de comportamentos que não guardam relação direta com contingências de seleção natural, mas que poderiam ter sido submetidos ao controle operante (e.g., tossir, balbuciar). A manipulação do comportamento de ouvinte teria selecionado operantes verbais de segunda ordem (autoclíticos), que poderiam ter alterado os efeitos de operantes verbais básicos sobre a audiência (Skinner, 1986).

Embora a análise skinneriana do comportamento verbal tenha gerado inicialmente um baixo impacto em termos de produção de pesquisas empíricas sobre os processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais (cf. Dymond, O’Hora, Whelan, & O’Donovan, 2006), ela favoreceu o surgimento de algumas abordagens funcionalistas da linguagem na tradição analítico-comportamental (e.g., Hayes *et al.*, 2001; Horne & Lowe, 1996). Essas abordagens ampliaram a análise skinneriana do comportamento verbal (cf. Allan, 2007; Brino & Souza, 2005; Dahas, Goulart, & Souza, 2008; Souza *et al.*, 2009), tendo buscado, principalmente, lidar com os problemas envolvendo

- (i) a compreensão/produção do comportamento verbal sob o controle de propriedades não-físicas do ambiente (operantes relacionais);
- (ii) a emergência de novos repertórios verbais (operantes de segunda ordem).

Em uma análise anterior (Allan & Souza, 2011), discutimos como a abordagem analítico-comportamental tem buscado interpretar os fenômenos tradicionalmente denominados “mentais” (e.g., intencionalidade, crenças, desejos, intenções, propósitos, etc.) por meio de uma *análise funcional das contingências verbais* responsáveis pela aquisição e manutenção de repertórios verbais descritivos desses fenômenos. Em termos gerais, essas interpretações consideram que os termos mentais são operantes verbais sob o controle:

- (1) parcial de *estímulos privados*. Por exemplo, alterações fisiológicas que geralmente acompanham comportamentos, e as quais a comunidade verbal com frequência atribui causalidade relevante para ações (Day, 1975; Skinner, 1945, 1989); estágios iniciais do comportamento, geralmente descritos como “disposições para ações” (Skinner, 1974); ou respostas pré-correntes, que aumentam a probabilidade de reforçamento de comportamentos subsequentes (Hineline, 2003).
- (2) de *contingências de reforçamento* (relações funcionais estabelecidas entre estímulos discriminativos antecedentes, respostas e consequências) pouco precisas, levando a comunidade verbal a adotar explicações mentalistas para o comportamento e assumir um agente interno iniciador do comportamento (Skinner, 1974; 1977; 1989).
- (3) de consequências reforçadoras, que passam a ser justificadas como o propósito para o qual o comportamento foi emitido (Skinner, 1977; 1989).
- (4) de disposições comportamentais, i.e., padrões regulares de ocorrência sob contextos específicos. Nesse caso, termos mentais descrevem “tendências” para os indivíduos se comportarem de certo modo ao invés de outro (Hocutt, 1985; Ryle, 1949; Skinner, 1953).

Ou seja, podemos dizer que os fenômenos mentais possuem múltiplas fontes de controle (cf. Neuman, 2004, 2007).

Diferentemente das abordagens tradicionais da cognição (e.g., mentalistas, cognitivistas), a abordagem analítico-comportamental considera que os fenômenos caracterizados como “mentais” não podem ser tomados como variáveis causais primeiras para o comportamento operante (seja este verbal ou não verbal). Isso na medida em que as fontes de controle do comportamento operante são as variáveis especificadas nas contingências de reforçamento.

Os fenômenos “mentais” são relevantes para a determinação do comportamento operante somente enquanto parte das contingências de reforçamento estabelecidas pela comunidade verbal (Skinner, 1945), podendo fornecer informações relevantes sobre as fontes de controle do comportamento (Day, 1975).

Isso sugere uma diferença crítica entre Tomasello e Skinner (e a abordagem analítico-comportamental de forma geral) quanto ao modo como os conceitos de intencionalidade e linguagem podem ser correlacionados. E conseqüentemente, uma possível incompatibilidade conceitual entre essas propostas no tratamento da cognição humana e da linguagem.

Vimos que Tomasello (e.g., 2003) considera a intencionalidade uma condição necessária para a aquisição da linguagem. E que esta é parcialmente derivada de habilidades cognitivas e sócio-cognitivas dotadas de intencionalidade.

Por outro lado, se a abordagem analítico-comportamental considera os fenômenos “mentais” (incluindo, a intencionalidade) *produtos verbais* historicamente estabelecidos por um grupo social, significa dizer que (i) a linguagem é uma condição *necessária* para a aquisição da mente, e especificamente, da intencionalidade, porque é pela aquisição de repertórios verbais que o grupo social pode atribuir funcionalidade para fenômenos “mentais”, como parte das contingências de reforçamento controladoras de suas atividades; e (ii) que a intencionalidade, enquanto parte de contingências verbais de reforçamento, e não uma propriedade do comportamento, é *derivada* da linguagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de Tomasello (e.g., 2003) distingue-se das abordagens tradicionais da cognição humana (e.g., Bickerton, 2005), dentre outras coisas, por não enfatizar a linguagem como o aspecto crítico para a evolução da cognição humana. Ao invés disso, ela propõe que a linguagem é um produto desse tipo de cognição (cf. Allan, 2007; Allan & Souza, 2009).

A linguagem não é, neste sentido, um aspecto distinto da cognição humana. Ela consiste em uma *cognição linguística*, uma vez que, somente após o desenvolvimento de certas competências sócio-cognitivas, a criança pode aprender a utilizar símbolos linguísticos (Tomasello, 1999).

A TALBU (e.g., Tomasello, 2003) destaca a aquisição de símbolos linguísticos pela participação da criança com indivíduos humanos linguisticamente competentes em *quadros de atenção conjunta*. Nestes contextos de interação social, a criança aprende as funções dos símbolos linguísticos pela compreensão das intenções comunicativas dos indivíduos humanos, quando estes utilizam símbolos linguísticos para manipular os estados mentais e perceptuais da criança ou de outros indivíduos humanos em relação a referenciais externos. Após a apropriação das funções dos símbolos linguísticos, a criança passaria a imitar o comportamento dos indivíduos humanos de manipular os símbolos linguísticos e a utilizá-los para atender a suas próprias intenções comunicativas.

Neste sentido, na abordagem de Tomasello, a aquisição e o desenvolvimento de competências verbais estão necessariamente condicionadas à intencionalidade. No caso da proposta de Skinner (1957) e da abordagem analítico-comportamental de forma geral, intencionalidade e outros fenômenos mentais são considerados *produtos verbais*, não possuindo função causal inicial para o comportamento. Assim, a intencionalidade é dependente da adoção de práticas verbais por um grupo social.

Mas é possível uma interpretação analítico-comportamental dos fenômenos “mentais” que não se restrinja às contingências verbais? Allan e Souza (2011) sugeriram que o conceito de intencionalidade pode descrever a *propriedade funcional* do comportamento operante (quando esse comportamento é dito *intencional* ou *proposital*, i.e., “direcionado para”), de ser emitido em certo momento com maior probabilidade do que em outro, em função de seus efeitos (cf. Day, 1975; de Rose, 1982; Skinner, 1974).

Considerando que o comportamento verbal é um tipo especial de comportamento operante, podemos sugerir que ele também é intencional (cf. tb. Allan, 2007). Especificamente, o comportamento verbal é “direcionado para” suas consequências mediadas por uma audiência, porque esse comportamento tem nessas consequências suas *condições* de satisfação.

Por exemplo, a ordem ‘BISCOITO!’ que a criança emite a uma audiência tem, na apresentação de um biscoito (e não, por exemplo, de uma maçã), sua condição de satisfação, porque a criança aprendeu – pela sua participação em uma comunidade verbal específica – a relacionar esta sentença à obtenção de um biscoito. Certamente, nesse caso específico, o que a criança aprendeu não foi a relacionar alguma propriedade semântica intrínseca à sentença ‘BISCOITO!’ a um objeto ou estado de coisas ‘BISCOITO’. Ao invés disso, a criança teria aprendido a relacionar as contingências envolvendo a produção da sentença ‘BISCOITO!’ e a probabilidade de consequência desse comportamento verbal com a obtenção de um biscoito.

É neste sentido que podemos sugerir uma correlação entre os conceitos de *comportamento verbal* e *intencionalidade* na proposta de Skinner (1957) e nos seus desdobramentos no âmbito da abordagem analítico-comportamental. Segundo nossa interpretação, a intencionalidade é uma *propriedade intrínseca* ao comportamento verbal, em termos de que este comportamento é *constitutivamente definido* pela sua dependência funcional de seus efeitos sobre uma audiência (cf. Lazzeri, 2012, para uma descrição de uma eventual adoção de termos intencionais em psicologia, baseada no modelo selecionista de Skinner).

Nossa interpretação pode ser comparável à hipótese de Tomasello (2003) de que a linguagem é um tipo de ação intencional “orientada para” objetivos comunicativos, i.e., manipular “estados mentais” e perceptuais de outros indivíduos humanos para objetos e estados de coisas do mundo. Obviamente, no caso da abordagem analítico-comportamental, os efeitos comunicativos do comportamento verbal se referem a manipulações no comportamento da audiência (ao invés de, em seus processos cognitivos, no sentido “mentalista” do termo), de modo a aumentar a probabilidade de ocorrência do comportamento verbal do falante.

Em adição, se os comportamentos não verbal e verbal são intencionais, porque são funcionalmente dependentes de seus efeitos no mundo; e sabendo que o comportamento verbal surgiu na história evolutiva da espécie humana somente após o surgimento dos comportamentos não verbais, podemos sugerir que *o comportamento verbal é intencional por derivação da intencionalidade dos comportamentos não verbais*. Ou seja, a espécie humana teria passado a se comportar intencionalmente no mundo antes mesmo de se comportar verbalmente. Mas ela somente pôde se comportar verbalmente porque anteriormente havia sido possível a ela se comportar intencionalmente.

Essa interpretação parece ser compatível com a hipótese de Tomasello (2003) de que a *linguagem é derivada da ação intencional*. Quer dizer, em ambos os casos, a linguagem é justificada por uma condição intrínseca de repertórios não verbais de serem intencionais, i.e., dirigidos para seus objetivos (Tomasello, 2003) ou funcionalmente dependentes de suas consequências (Skinner, 1974).

Nossa interpretação parece questionar a hipótese analítico-comportamental de que a intencionalidade e os fenômenos psicológicos em geral são produtos do comportamento verbal, que adquirem funções de estímulos quando passam a fazer parte de relações funcionais estabelecidas por comunidades verbais (e.g., Day, 1975; Skinner, 1963, 1974). Em outras palavras, que o comportamento verbal é uma condição *necessária* para a intencionalidade.

Contudo, não estamos sugerindo que a intencionalidade seja uma condição *suficiente* para a aquisição do comportamento verbal. De outro modo, como explicar que as espécies animais não humanas – cujos comportamentos não verbais também podem ser considerados intencionais – não se comportem verbalmente?

Nem mesmo Tomasello (2003) parece propor que a intencionalidade seja uma condição suficiente para a aquisição da linguagem. Ele considera a intencionalidade uma condição *necessária* para a aquisição dos comportamentos simbólicos, incluindo, a linguagem. Outra condição necessária é que um indivíduo humano *compartilhe intencionalidade* (manifestada nas ações, percepções, nos estados mentais e emocionais) com indivíduos humanos simbolicamente competentes (Tomasello *et al.*, 2005a,b).

Assim, o que estamos sugerindo é que a abordagem analítico-comportamental derivada da proposta de Skinner (1957) pode incluir a intencionalidade como uma condição necessária para a aquisição do comportamento verbal, na medida em que a intencionalidade pode ser caracterizada (como fizemos anteriormente neste artigo) como uma propriedade funcional do comportamento operante, tanto verbal quanto de comportamentos não-verbais, evolutivamente anteriores àquele. Outra condição necessária para a aquisição do comportamento verbal seriam as *relações funcionais* entre um indivíduo e uma comunidade verbal, responsáveis pelo estabelecimento de contextos para que esse indivíduo se comporte verbalmente.

Assumindo que a intencionalidade é uma condição necessária para a aquisição da linguagem, é possível sugerirmos o estabelecimento de diálogos entre pesquisadores que adotam a TALBU (e.g., Tomasello *et al.*, 2005a,b) e aqueles que se apoiam na análise de Skinner (1957) e nos seus desdobramentos no âmbito analítico-comportamental. A aproximação dessas duas abordagens certamente pode contribuir para avançarmos na compreensão dos processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais, desde uma perspectiva funcionalista da linguagem.

REFERÊNCIAS

- Allan, S. (2007). Intencionalidade, linguagem e análise do comportamento. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=179940.
- Allan, S., & Souza, C. B. A. (2009). O modelo de Tomasello sobre a evolução cognitivo-linguística humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 161-168. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000200003.
- Allan, S., & Souza, C. B. A. (2011). Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em abordagens comportamentais da cognição humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(2), 241-248. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000200015.
- Bickerton, D. (2005). Language first, then shared intentionality, then a beneficent spiral. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 691-692.
- Brino, A. L. F., & Souza, C. B. A. (2005). Comportamento verbal: Uma análise da abordagem skinneriana e das extensões explicativas de Stemmer, Hayes e Sidman. *Interação*, 9, 251-260.
- Chomsky, N. (1968). *Language and mind*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Chomsky, N. (1980). Rules and representations. *Behavioral and Brain Sciences*, 3(1), 1-61.
- Dahas, L. J. S., Goulart, P. R. K., & Souza, C. B. A. (2008). Pode o comportamento do ouvinte ser considerado verbal? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, X, 181-191.
- Day, W. F. (1975). Contemporary behaviorism and the concept of intention. In W. J. Arnold (ed.), *Nebraska symposium on motivation* (55-131). London: University of Nebraska Press.
- de Rose, J. C. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical. In B. Prado Jr. (Org.), *Filosofia e comportamento* (pp. 67- 91). São Paulo: Brasiliense.

- Dennett, D. C. (1971). Intentional systems. *The Journal of Philosophy*, 68(4), 87-106.
- Dennett, D. C. (1985). When does the intentional stance work? *Behavioral and Brain Sciences*, 8(4), 763-766.
- Dennett, D. C. (1987). *The intentional stance*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Dennett, D. C. (1988). Précis of the 'intentional stance'. *Behavioral and Brain Sciences*, 11(3), 495-546.
- Dennett, D. C. (1994). The role of language in intelligence. In J. Khalifa (ed.), *What is intelligence?* (p. 161-178). The Darwin College Lectures, volume 6. Cambridge University Press.
- Dennett, D. C. (1997). *Kinds of minds: Towards an understanding of consciousness*. New York: Basic Books.
- Dymond, S., O'Hara, D., Whelan, R., & O'Donovan, A. (2006). Citation analysis of Skinner's Verbal Behavior: 1984-2004. *The Behavior Analyst*, 29, 75-88.
- Foxall, G. R. (1999). The contextual stance. *Philosophical Psychology*, 12(1), 21-42.
- Foxall, G. R. (2007). Intentional behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 35, 1-55.
- Grice, H. P. (1957). Meaning. *The Philosophical Review*, 66, 377-388.
- Hauser, M. D., Chomsky, N., & Fitch, W. T. (2002). The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298, 1569-1579.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (eds.) (2001). *Relational frame theory: a post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum.
- Hineline, P. N. (2003). When we speak of intentions. In K. A. Lattal & P. N. Chase (eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 203-221). New York: Kluwer Academic.
- Hocutt, M. (1985). Spartans, strawmen, and symptoms. *Behaviorism*, 13(2), 87-97.
- Horne, P. J., & Lowe, C. F. (1996). On the origins of naming and other symbolic behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 65, 185-241.
- Lazzeri, F. (2012). Um balanço de parte da 'Teoria dos Sistemas Intencionais de Dennett'. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 245-253.
- Neuman, P. (2004). An intentional interpretative perspective. *The Behavior Analyst*, 27, 55-65.
- Neuman, P. (2007). Some comments on the distinction between intention and intentionality. *The Behavior Analyst*, 30(2), 211-216.
- Peterson, N. (1978). *An introduction to verbal behavior*. Grand Rapids, MI: Behavior Associates.
- Pinker, S. (1994). *The language instinct*. New York: William Morrow.
- Rachlin, H. (1992). Teleological behaviorism. *American Psychologist*, 47(11), 1371-1382.
- Rachlin, H. (2003). Privacy. In K. A. Lattal & P. N. Chase (eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 187-201). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Ribes, E. (1999). *Teoría del condicionamiento y lenguaje: un análisis histórico y conceptual*. Guadalajara: Taurus.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. London: Hutchinson & Co.
- Searle, J. R. (1983). *Intentionality: an essay in the philosophy of mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1990a). Consciousness, explanatory inversion, and cognitive science. *Behavioral and Brain Sciences*, 13(4), 585-596.
- Searle, J. R. (1990b). Who is computing with the brain? *Behavioral and Brain Sciences*, 13(4), 632-640.
- Searle, J. R. (1992). Consciousness, intentionality, and the 'background'. In *The rediscovery of the mind* (pp. 111-126). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Searle, J. R. (1997). Consciousness denied: Daniel Dennett's account. In *The mystery of consciousness* (pp. 96-131). New York: The New York Review Book.
- Searle, J. R. (1998). How the mind works: intentionality. In *Mind, language, and society: philosophy in the real world* (pp. 85-109). New York: Basic Books.

- Searle, J. R. (2004). Intentionality. In *Mind: a brief introduction* (pp. 159-192). Oxford, NY: Oxford University Press.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. London: Collier Macmillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Cambridge, MA: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1963). Operant behavior. *American Psychologist*, 18, 503-515.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1977). Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism*, 5, 1-10.
- Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 45, 115-122.
- Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44, 13-18.
- Souza, C. B. A. (2003). Uma proposta de análise funcional da aquisição da linguagem: Resultados iniciais". *Interação*, 7(1), 82-93.
- Souza, C. B. A., Miccione, M. M., & Assis, G. (2009). Relações autoclíticas, gramática e sintaxe: O tratamento skinneriano e as propostas de Place e Stemmer. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61, 121-131.
- Tomasello, M. (1999). *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tomasello, M. (2003). *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005a). Understanding and sharing intentions: the origins of cultural cognition. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 675-691.
- Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005b). In search of the uniquely human. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 721-727.

Received: May 17, 2014
Accepted: September 15, 2014